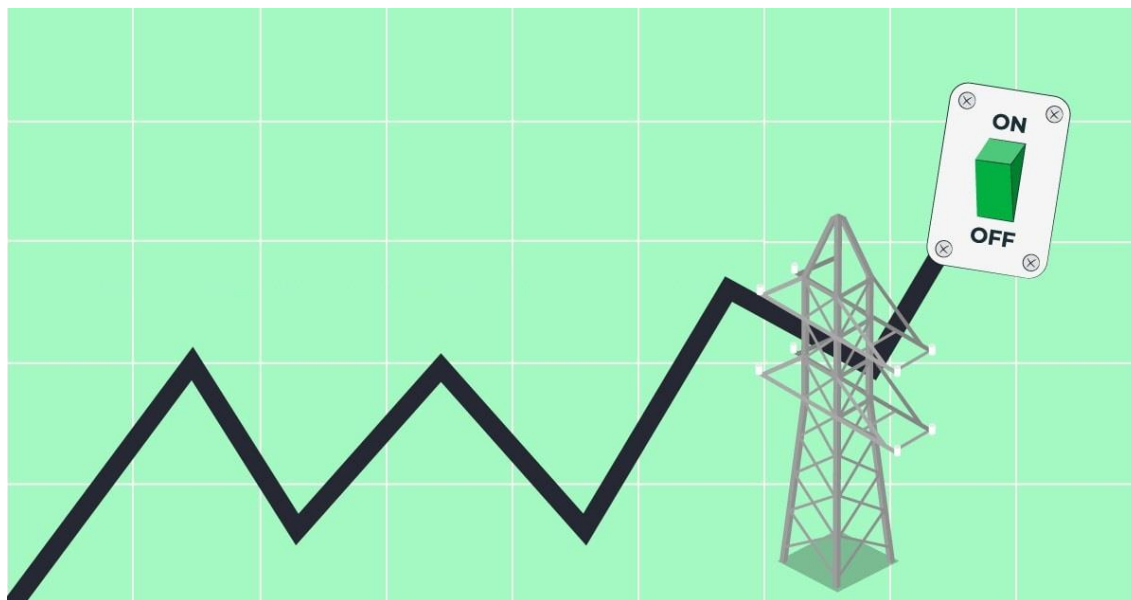


Privatização da Eletrobras, descotização e aumentos no preço da energia, parte 1: Impactos nas Distribuidoras.



Desde o início da campanha contra a privatização da Eletrobras, alertamos que a esta provocaria o aumento da conta de energia elétrica do povo brasileiro. Essa denúncia foi amplamente divulgada para sociedade e os cálculos feitos por técnicos especializados do setor foram apresentados ao Tribunal de Contas da União (TCU), subsidiaram questionamentos jurídicos no Supremo Tribunal Federal (STF) e, posteriormente, foram apresentados **a equipe do governo Lula pelo visto não soube ou não quis interpretar o trabalho técnico!**

As estimativas indicavam que a privatização da Eletrobras provocaria um aumento médio maior que 25% nas contas de luz nos anos seguintes. Isso ocorreu porque a privatização, realizada no governo Bolsonaro, autorizou a cobrança de preços mais altos pela energia das usinas hidrelétricas privatizadas. Cerca de 20 usinas (com uma capacidade de 13.500 MW), que antes cobravam cerca de R\$ 70/MWh, passaram a cobrar mais de R\$ 300/MWh após a privatização e a revisão dos contratos, o que é conhecido como "descotização". Esse aumento no custo da energia elétrica é repassado pelas distribuidoras diretamente aos consumidores, ou seja, resulta em tarifas mais altas para a população.

Conforme previsto, o aumento das tarifas de energia elétrica provocado pela descotização já está se materializando. Ao primeiro sinal de retomada do crescimento econômico, a sobrecontratação das distribuidoras se transformou em subcontratação. Ao perder o acesso a essa energia mais barata, as distribuidoras estão sendo forçadas a recontratar a energia a um preço quatro vezes maior.

A descotização das usinas da Eletrobras, que está no cerne do processo de privatização, significou quebra de contrato com todos os consumidores regulados brasileiros que, por meio da Lei nº 12.783 de 2013, tiveram assegurado o acesso a energia mais barata advinda das usinas mais antigas, já amortizadas.

Esta operação privilegiou a distribuição excessiva de dividendos para acionistas nacionais e estrangeiros da Eletrobras (sobretudo nos momentos de escassez de energia) à custa do orçamento das famílias, indústria, comércio e produtores rurais. Trata-se de fazer o povo brasileiro pagar novamente por usinas já amortizadas e sofrer com picos inflacionários em momentos de escassez de energia.

Mais de 110 milhões de consumidores foram afetados pela quebra de contrato decorrente da privatização. Como a privatização determinou que o fim do regime de cotas ocorresse de forma gradual, uma nova rodada de pressão sobre os preços da energia elétrica deve ocorrer em 2025 e 2026, quando está prevista a descotização de mais 2,7 GW médios de energia, o que representará um custo adicional de aproximadamente de R\$10 bilhões por ano.

Dentre os consumidores que deixam de ter o direito a energia de cotas da Eletrobras, até 2042, e passam a pagar mais caro, ressaltamos:

- **80 milhões** de residências brasileiras;
- **25 milhões** de unidades consumidores dos poderes públicos municipais, estaduais e federais;
- **6 milhões** de estabelecimentos comerciais;
- **5 milhões** de consumidores rurais brasileiros (impondo um custo de vida adicional para o homem do campo);
- **400 mil** pequenas e médias indústrias;

Os altos custos da energia elétrica comprometem o orçamento das famílias, além de afetar a competitividade e a capacidade de investimento do setor produtivo nacional. A elevação do valor da energia foi considerada responsável por um impulso na inflação de fevereiro. O IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) do mês chegou a 1,31%, sendo que a eletricidade teve alta de 16,8%.

A inflação relacionada à energia elétrica diminui o poder aquisitivo de famílias rurais e urbanas, especialmente dos mais necessitados, agravando a já inaceitável concentração de renda no Brasil e gerando sofrimento para o povo brasileiro.

Como paliativo, ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, estuda o uso de recursos públicos para subsidiar parcialmente a conta de energia dos brasileiros(veja matéria [aqui](#)). Silveira, estuda ainda usar fundo do pré-sal para aliviar tarifas de energia elétrica, desviando assim a finalidade do citado fundo (veja [aqui](#)).

Infelizmente, o governo Lula pagará um alto preço por sua omissão em relação aos questionamentos necessários sobre o processo de privatização da Eletrobras. Por isso, nos opomos ao vergonhoso acordo entre a União e os acionistas privados da Eletrobras.

Não há como alcançar tarifas baixas no setor elétrico abrindo mão do controle de algo que sempre foi, historicamente, o principal instrumento para a promoção de políticas públicas no setor elétrico.

Com a palavra Sr. Jorge Messias.

Rio de Janeiro, 19 de março de 2025.
Associação dos Empregados da Eletrobras - AEEL.